



LUGAR E MEMÓRIA: A VIDA CANGACEIRA DO BANDO DOS MARCELINOS EM BARBALHA - CE

Lugar y memoria: la vida “cangaceira” del bando de los Marcelinos en Barbalha - CE

Place and memory: the “cangaceiro” life of the Marcelinos’ gang in Barbalha – CE

Lieu et mémoire: la vie “cangaceira” de la bande des Marcellinos à Barbalha - CE

<https://doi.org/10.35701/rcgs.v22n1.413>

Ana Paula Rodrigues da Costa¹

Histórico do Artigo:
Recebido em 31 de Outubro de 2018
Aceito em 15 de Agosto de 2019
Publicado em 25 de Abril de 2020

RESUMO

O trabalho em questão discorre sobre a abordagem dos conceitos de lugar e memória a partir da geografia humanista, apresentando como objeto de estudo o bando de cangaceiros dos Marcelinos no Cariri cearense, tendo como recorte espacial o município de Barbalha. O texto apresenta um apanhado geral sobre o movimento do cangaço para, em seguida, apresentar o bando dos Marcelinos e alguns lugares de sua atuação em Barbalha. Para contextualizar o tema, apresenta-se a interseção entre lugar e memória como definições relevantes para o entendimento do movimento do cangaço.

Palavras-chave: Bando dos Marcelinos; Cangaço; Lugar; Memória; Geografia Humanista.

RESUMEN

El trabajo en cuestión discurre sobre el abordaje de los conceptos de lugar y memoria a partir de la geografía humanista, presentando como objeto de estudio el bando de “cangaceiros” de los Marcelinos en el Cariri cearense, teniendo como recorte espacial el municipio de Barbalha. El texto presenta un recuento general sobre el movimiento del “cangaço”, enseguida, presentar el bando de los Marcelinos y algunos sitios de su actuación en Barbalha. Para contextualizar el tema, se presenta la intersección entre lugar y memoria como definiciones relevantes para el entendimiento del movimiento del “cangaço”.

Palabras clave: Bando de los Marcelinos; Cangaço; Lugar; Memoria; Geografía Humanista.

¹ Graduada no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Regional do Cariri - URCA. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, no Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás - IESA/UFG. Email: anapaula-rodriguesdacosta@bol.com.br

ABSTRACT

This work discusses about the concepts' approach of place and memory from the humanistic geography, presenting as object of study the Marcelinos' gang in Cariri – Ceará, having as a spatial clipping the city of Barbalha. The text presents a general overview of the *cangaço* movement to, then, present the Marcelinos' gang and some of their actuation places in Barbalha. To contextualize the theme, we present the intersection between place and memory as relevant definitions for the understanding of the “*cangaço*” movement.

Keywords: Marcelinos' gang; Cangaço; Place; Memory; Humanistic Geography.

RÉSUMÉ

Le travail en question discute de l'approche des concepts de lieu et de mémoire de la géographie humaniste, présentant comme objet d'étude la bande de “cangaceiros” des Marcelinos dans le Cariri Ceará, avec la municipalité de Barbalha comme section spatiale. Le texte présente un aperçu du mouvement du “cangaço” puis présente le groupe des Marcelinos et quelques lieux de leur performance à Barbalha. Pour contextualiser le thème, l'intersection entre le lieu et la mémoire est présentée comme des définitions pertinentes pour comprendre le mouvement du “cangaço”.

Mots-clés: La bande des Marcelinos; Cangaço; Lieu; Mémoire; Géographie humaniste.

INTRODUÇÃO

O presente artigo realiza uma discussão a respeito dos conceitos de lugar e memória na corrente da Geografia Humanista com o intuito de abordar o movimento do cangaço nesse cenário de pesquisa. Como recorte de análise, apresentamos o bando dos Marcelinos, um bando genuinamente caririense que teve atuação na Chapada do Araripe na década de 1920, agindo entre o Cariri cearense e o Cariri pernambucano. O movimento do cangaço, nessa perspectiva, se insere a partir dos estudos da memória como recurso para pensar o passado por meio da ação dos cangaceiros nos lugares que se constituíram como pontos de sua passagem.

A Geografia Humanista, também denominada de Humanística, surge nos Estados Unidos no período de 1970 em contraposição ao movimento do Neopositivismo ou à chamada Nova Geografia ou, ainda, Geografia Teórica e Quantitativa. Esta nova corrente geográfica propõe reflexões a respeito de fenômenos que buscam compreender o cotidiano do homem com seu modo de vida, onde o conceito de lugar passa a ser valorizado pelos pesquisadores, destacando, assim, a importância da relação do homem com o lugar nesse processo emergente.

Muito embora os estudos ou a efervescência da ciência caracterizem as pesquisas de cunho humanista a partir da década de 1970, principalmente pela relevância do trabalho escrito pelo geógrafo Yi-Fu Tuan, *Geografia Humanística*, é importante fazer menção às contribuições de Carl Sauer (1889-1975) para a temática humanista/cultural. Sauer, que recebe em sua formação a influência das ideias do filósofo alemão Goeth, advindo da *Goethenian Society*, que tratava de criatividade humana, publicou, em 1925, a obra *Morfologia da Paisagem*. O referido autor destacou-se pelos seus estudos

ao analisar a conceituação de paisagem natural, sendo visto como aproximações com o humanismo. Corrêa, ao discutir Sauer e Ducan, destaca que:

Sauer considera a paisagem como conceito-chave da geografia. A paisagem é o conjunto de formas naturais e culturais associadas em área. Materialidade e extensão são atributos essenciais da paisagem saueriana, não se admitindo o uso do termo como metáfora, como paisagem política ou econômica. As formas que constituem a paisagem estão integradas entre si, apresentando funções que criam uma estrutura. A paisagem constitui, assim, em uma unidade orgânica ou quase orgânica. Trata-se morfologia na qual forma, função e estrutura são elementos centrais. A paisagem saueriana, isto é, a paisagem cultural, era o resultado da ação da cultura, o agente modelador da paisagem natural (CORRÊA 2014, p. 41).

A perspectiva trabalhada por Sauer foi criticada por alguns autores, ressaltando que a cultura não podia ser entendida como entidade abstrata.

Gomes (2000), citando Pocock, retrata que, mesmo ao encontrar semelhanças do humanismo na escola vidaliana de geografia humana, seu verdadeiro auge acontece exatamente na década de 1970 como reação às explicações mecanicistas, quantificação exagerada de uma geografia sem homem, sendo essa ciência inadequada e insuficiente. Nesse sentido, Gomes (2000, p. 311) acrescenta: “[...] a ação humana não pode jamais estar separada de seu contexto, seja ele social ou físico”.

Os novos olhares que se erguem através da Geografia Humanista tecem críticas ao modelo positivista de fazer ciência e buscam uma aproximação maior com os aspectos sociais ao compreenderem que estes aspectos não podem ser negligenciados nas pesquisas geográficas.

Posto isso, as pesquisas passam a ter o homem como elemento-chave de sua leitura. O pesquisador inseriu o sujeito em seus estudos destacando seu cotidiano, suas crenças, identidades, representações, adquirindo significado simbólico materializado em suas práticas, experiências, no entendimento da relação homem-natureza. A respeito dessa ideia, Almeida comenta:

A corrente humanista busca referências variadas, tem um ecletismo voluntário, sem excluir nenhuma via, pois a exclusão é encarada como um risco de limitação e de empobrecimento. A delimitação espaço-temporal do humanismo recolocou o homem no centro de suas preocupações. É o homem, considerado em toda sua complexidade cultural e antropológica, que faz aparecer novos pontos de vista para compreender o sentido da arte, literatura e de todo o conjunto que expressa o campo da atividade humana (ALMEIDA, 2008, p. 35).

Muito influenciada pelas diferentes correntes do pensamento filosófico, a corrente humanista apresenta uma abordagem plural. Amorim Filho (2007) trata dessa pluralidade a partir de alguns pressupostos e escreve que, desde os tempos mais remotos, as atividades geográficas sempre foram plurais e é exatamente esta diversidade de abordagens que impulsiona de forma tão entusiasta a continuidade da geografia. Dentre os pressupostos destacados pelo autor, ele dispõe que:

[...] por tudo isso, a presença de abordagens humanistas/culturais na geografia não se torna desejável e necessária apenas pela riqueza em pluralidade que elas representam, mas, sobretudo, pela humanização e beleza que elas trazem às atividades geográficas (AMORIM FILHO, 2007, p. 2).

A corrente geográfica humanista pode realizar suas análises a partir de diferentes perspectivas filosóficas, enfatizando ora a hermenêutica, ora a fenomenologia ou mesmo o romantismo, que permitem uma multiplicidade de leituras e temas.

O MOVIMENTO DO CANGAÇO E A ATUAÇÃO DO BANDO DOS MARCELINOS NO CARIRI CEARENSE

O cangaço foi um movimento típico do Nordeste brasileiro. Holanda (2010, p.21) comenta que: “Embora ‘bandidos’ tenham existido por toda parte do Brasil, só na Região Nordeste foram designados por cangaceiros”, tendo sido intitulado com esse termo em virtude da associação que se fazia com a “canga”, objeto utilizado em bois para trabalhar arando terra e outros serviços. Alguns homens tinham o costume de se apresentarem em determinados lugares portando cartucheira, peixeira (faca usada como arma) na cintura, armados com clavinote, como descreve Barroso (1931, p. 30): “levavam os clavinotes passado pelos ombros, tal qual um boi no jugo – na canga”. Essa semelhança de nome e aparência teria sido responsável pelo surgimento do termo cangaço.

Existiu em períodos diversos em partes do sertão nordestino, influenciado por motivos também distintos. Em sua grande maioria, eram homens e mulheres levados pela falta de oportunidade em decorrência de grandes períodos de seca e destruição ou pela sede de vingança, algo muito presente no cotidiano sertanejo e no contexto de violência do coronelismo.

Tornou-se também meio de referência e propagação do imaginário nordestino, sendo essa imagem divulgada em grande parte como retrato de miséria, assim apresentado por Miranda (2012, p. 245): “Projetou-se nesse período na Região, um espaço tomado pela caatinga ressequida, pela carcaça do boi morto e de retirantes magros, com seus poucos pertences entrouxados na cabeça”. Essa visão de miséria e destruição que era repassada da região Nordeste devido à seca também tinha a ver com o cangaceirismo que era visto, em parte, como forma de violência e brutalidade disseminada pelo sertão.

Nesses longos períodos de seca que assolaram o Nordeste foi criada uma espécie de nomadismo permanente, onde a seca aumentava e dava características mais trágicas que contribuíram para a propagação da imagem de miséria, onde a classe dos pobres do campo se achava à margem da sociedade constituída. Diante desse quadro manifestam-se algumas reações por parte dos pobres do campo – uma delas, segundo Holanda (2010, p. 25), é: “A formação de grupos de cangaceiros que

lutam de armas nas mãos, assaltando fazendas, saqueando comboios e armazéns de víveres nas próprias cidades e vilas”.

A população sertaneja foi assolada por longos períodos de seca onde era obrigada a conviver com a fome, a falta de terra, de emprego, entre outros. Barros (2014) aponta que, na Província do Ceará, de 1877 a 1879, período conhecido como “a grande seca”, três anos seguidos sem chuva, sem trabalho, sem colheita, afligiu os moradores causando calamidades por toda a Província, como surtos de doenças, grande número de flagelados morrendo de fome pelas estradas e ruas, um saldo de centenas de mortos e doentes. Barros continua descrevendo a triste situação:

O povo faminto recorria à mucunã, alimento perigoso, que, pelo dito popular, quando “suja mata e lavada aleja”. As outras alternativas de comidas menos perigosas eram a macambira e o xiquexique. O tempo foi passando e também esses recursos desaparecendo. No auge do desespero o povo comia cachorros, morcegos, cobras e urubus. Até couro salgado serviu de alimento. A disenteria grassava fazendo muitas vítimas (BARROS, 2015. p. 154).

A migração tornou-se recorrente por processos de expulsão do campo e em busca da sobrevivência, fazendo com que muitos homens ingressassem no “banditismo social”. Neves (2007) relata que esse período da “grande seca” foi considerado uma das maiores calamidades para os seres vivos, surgindo muitos bandos pelo interior do Ceará que podem ser apontados como sendo os primeiros grupos de cangaceiros que atuaram na localidade.

A organização social no Nordeste fazia com que as famílias ficassem reféns de alguma ordem, seja dos coronéis ou da igreja. O mandonismo, notadamente no Nordeste, fez com que, ao longo dos séculos, surgissem movimentos que sempre estavam ligados a um líder. As lideranças comandavam o povo nordestino que, no geral, era aprisionado sob suas ordens ou preceitos. Era comum que as famílias estivessem reunidas sob a “proteção” de coronéis ou líderes religiosos como forma de assegurar-lhes a sobrevivência.

Dessa maneira, o movimento do cangaço estava eminentemente ligado ao lugar, pela subjetividade, pelo sentido do pertencimento, pelo conhecimento da área que seus membros percorriam se sentindo seguros e protegidos, dispondo de condições que atendiam às suas necessidades básicas. Para Tuan (2012), o sentido de lugar não se restringe ao conforto de um cômodo do lar, mas está diretamente ligado ao sentido pertencimento, a segurança que se tem na vivência em determinado ambiente. Para o autor, não apenas os homens sedentários são dotados pelo sentimento ao lugar, mas os homens nômades igualmente atribuem o mesmo sentimento para determinados lugares, mesmo que estejam de passagem o tempo todo, pois escolhem os espaços para fazerem paradas visando atenderem suas necessidades básicas e garantir proteção.

O cangaço, ao longo de sua duração, que teve seu auge entre o século XIX e meados do século XX, foi classificado pelo historiador Luiz Pericás (2010) em tempos endêmicos e epidêmicos. Para ele, a conjuntura entre os anos de 1890 a 1940, período que abrange o início da República até o Estado Novo, o cangaço passa de um movimento endêmico para epidêmico. Exatamente nessa época surgiram os maiores nomes que fizeram história atuando no cangaceirismo, líderes independentes como: Virgulino – Lampião, Sinhô Pereira, Antônio Silvino, Ângelo Roque, Corisco, Jararaca. Todos se tornaram muito conhecidos e símbolos para o movimento, rendendo muitos fatos, narrativas, lendas e mais.

Entre os bandos de cangaceiros que nasceram ao longo da história e que tenham ficado mais ou menos conhecidos pelo período e localização de atuação, tem-se o bando dos Marcelinos que atuou principalmente entre o Cariri cearense e pernambucano. Dentre as diversas memórias que guarda o Cariri, tem-se a do bando dos Marcelinos para resguardar e preservar: irmãos que decidiram entrar no cangaço por terem sofrido uma desmoralização em público, na Feira do Caririzinho, em Pernambuco, no ano de 1923, pelo delegado de polícia “loiô” Peixoto ao desarmar João Marcelino de sua “peixeira” (PEIXOTO JUNIOR, 2009).

O bando dos Marcelinos foi formado em 1924, com dois membros, João Marcelino e Manoel Marcelino, que abandonaram suas profissões para entrar no cangaço – o primeiro sendo agricultor e o segundo vaqueiro. Trabalhavam para sustentar sua família, posto que eram órfãos de pai e mãe e tinham mais sete irmãos para cuidar. Ao deixarem de lado suas profissões, passaram a viver como nômades na Chapada do Araripe, em busca de vingar a desmoralização sofrida em público (PEIXOTO JUNIOR, 2009).

Passado um ano do acontecido, João Marcelino decidiu entrar no cangaço e comunicou ao seu irmão, Manoel Marcelino, que resolveu tomar suas dores e, juntos, iniciaram o bando dos Marcelinos. Ao ingressarem no cangaço, Manoel Marcelino e João Marcelino apresentaram-se da seguinte forma:

Metidos em roupa de mescla, camisa de campanha, cartucheiras, dois bornais cada, rifle na mão, apresentam-se ao coronel João Coelho, no Sítio Consolo do outro lado da serra, quando Manoel anuncia- coroné, vim entregar o seu gado. Até hoje fui vaqueiro, de hoje em vante sou cangaceiro. Não procurei a desgraça, mas ela me achou. (PEIXOTO JUNIOR, 2009, p. 62).

Mello (2011, p. 127) comenta que: “[...] a vingança tende a revestir a forma de um legítimo direito do ofendido” e, ainda acrescenta, repetindo as palavras de Gustavo Barroso: “No sertão, quem não se vinga está moralmente morto”. Por ter sido desarmado em público, João Marcelino declarou: “De hoje em diante a minha faca tá desmoralizada. Se eu não vingá ela, Santa Luzia me estrale os óios. Essa faca vai parir muita faquinha” (PEIXOTO JUNIOR, 2009, p. 58). O ofendido declarou

vingança publicamente. Um ato como esse não poderia ficar impune, seria vergonha para toda a família. Uma das formas de vingança que a essa época se julgava por direito, revidar a ofensa, era iniciar vida no cangaço para revidar o acontecido e, mais que isso, para demonstrar que era “cabra macho” e não baixar a cabeça diante da humilhação.

Pernambucano de Mello (2011, p. 140) discorre que o cangaço se dá em três condições: “Cangaço meio de vida, cangaço de vingança e o cangaço como refúgio”. O cangaço como meio de vida tinha um sentido profissional, se configurava como uma alternativa de trabalho, algo para sobreviver. O cangaço de vingança se caracterizava como um meio que homens encontravam para vingar-se de alguma ofensa física ou moral. O cangaço como refúgio era a garantia de proteção, um esconderijo para homens perseguidos. Em vista disso, os irmãos Marcelinos ingressaram no cangaço na condição de vingar-se da ofensa de qualquer maneira.

Com isso, tiveram seus nomes de guerra: Manoel Marcelino, chefe do bando, passou a se chamar Bom Deveras; João Marcelino tornou-se João 22. Mais tarde, seu irmão mais novo, Marcelino, também aderiu ao cangaço e recebeu o nome de Lua Branca. A atuação do bando limitou-se basicamente ao Cariri cearense e pernambucano, perambulando entre os municípios de Barbalha, Crato, Jardim, Serrita, Morelândia, nas dependências da Chapada do Araripe, local em que o bando tinha conhecimento de seu perímetro, possuía protetores e garantia de vida por encontrarem à sua disposição na natureza as condições básicas para sua sobrevivência.

Por conseguinte, o lugar se torna um dos principais conceitos na abordagem humanista para compreender as relações subjetivas dos sujeitos, analisando suas vivências e percepções a partir do espaço vivido, marcado pela experiência do meio em que vivem lhe atribuindo valor simbólico, pelo pertencimento, pela garantia da proteção de vida, mesmo que essa vida fosse agitada, como a vida cangaceira. O conhecimento do lugar e a proteção dos coiteiros permitiam aos cangaceiros do bando dos Marcelinos estabelecerem paradas quase sempre nos mesmos lugares, como apresenta-se a “Pedra dos Marcelino” ou “Pedra dos Morcegos” (Figura 1).

Figura 1: Pedra dos Marcelinos – Barbalha–CE.



O bando passou a ter visibilidade pela região e obteve protetores, como alguns coronéis e outros “cabras” que se tornaram coiteiros do bando. O patriarca de Juazeiro do Norte, Padre Cícero Romão Batista (Padim Ciço) acolheu, algum tempo depois da atuação do bando, o restante dos irmãos Marcelinos, assim como as irmãs de Lampião, dando-lhes abrigo e proteção (PEIXOTO JUNIOR, 2009). Tornaram-se conhecidos e temidos por onde passaram, conheceram e vivenciaram um pouco do cangaço com o “governador dos sertões”, Lampião. Chegaram a chefiar um subgrupo do bando de Lampião, mas, por não aceitarem ordens, decidiram seguir sozinhos sua jornada em seu lugar de origem.

Os irmãos Marcelinos cumpriram o propósito de estarem no cangaço e assassinaram o delegado “loiô” Peixoto que, anos antes, havia desarmado João Marcelino na feira do Caririzinho. Após algum tempo, bem como depois da morte de Bom Deveras em confronto com a “volante”, o cangaço tornou-se para João 22 e seus cinco “cabras” um meio de vida, tendo ele introduzido o sequestro no Cariri, atuando principalmente na Chapada do Araripe, entre os municípios de Jardim e Barbalha. Sequestravam coronéis ou seus parentes e pediam altos resgates ou assaltavam as malas dos correios que seguiam para o município de Jardim e outras localidades.

Quatro anos após a atuação do bando, em 1928, foram enviados de Fortaleza homens escolhidos dentre o exército a mando do desembargador Moreira Rocha para capturarem os “bandoleiros” que, para as autoridades, afrontavam e ameaçavam a vida no Cariri. Os cangaceiros foram pegos em cima da Chapada do Araripe e o chefe João 22 foi morto pela volante e “carregado no

pau”². Para esse episódio, as pessoas em Barbalha acompanharam o cortejo pelas ruas como se fosse uma festa, um carnaval. João 22 dependurado em um pau sendo carregado pelos soldados da volante, com seus cabelos longos arrastando ao chão, amarelo de poeira e ensopado pelo seu sangue (OS MARCELINOS: CANGAÇO EM BARBALHA, 2016). Os demais cangaceiros que faziam parte do bando naquela ocasião, no total de cinco, foram presos e levados à cadeia pública da cidade de Barbalha (Figura 2). Hoje o local abriga a Escola de Saberes de Barbalha, que busca trabalhar com a salvaguarda do patrimônio e da memória do lugar e dos respectivos grupos sociais.

Figura 2: Antigo prédio de câmara e cadeia pública – Barbalha–CE.



Dentre os “cabras” apreendidos estavam Marcelino, vulgo Lua Branca, o último da prole que ingressou no cangaço, era o mais novo do bando de um restante de cinco: Lua Branca, João Gomes, Joaquim Gomes, Pedro Miranda e Manoel Toalha. Estes foram retirados da cadeia sob o pretexto de irem para Fortaleza a julgamento. Porém, ao chegarem à localidade do Alto do Leitão, município de Barbalha, foram obrigados a cavar suas próprias covas e fuzilados um a um:

Assim todos mais tarde viriam a saber que: “naquela fria manhã de 05 de janeiro de 1928, com o pretexto de transportar os presos para a capital Fortaleza, o sargento José Antônio e seus soldados, conduziram-nos para o sítio Alto do Leitão, localizado junto à estrada entre Crato e Barbalha. Lá chegando, obrigaram os indefesos presos cavarem suas próprias

²Ser carregado no pau era um costume comum para transportarem porcos depois de mortos. João 22, assim como os porcos, teve suas mãos e pés amarrados em um pau e foi carregado pelas ruas de Barbalha como um acontecimento, um desfile, para que a população tomasse conhecimento que aquele cangaceiro já não existia.

sepulturas. Ainda não satisfeitos, fuzilaram um a um, sem piedade. Até o último cair na cova mortuária” (SANTOS, 2001,p. 59).

Como marco simbólico e espacial desse episódio violento ocorrido na região tem-se o “Cemitério dos Marcelinos” ou “Cemitério dos Fuzilados” (Figura 3). O local já foi alvo de preservação por parte de entidades ligadas a grupos sociais, como o de memorialistas da cidade de Barbalha (Centro Pró-Memória de Barbalha), que realizou a revitalização do espaço no ano de 2008. No entanto, por falta de interesse público e investimentos, o local voltou a ser degradado por ações marginais.

Dessa forma, houve o fim da atuação do bando dos Marcelinos no Cariri cearense. Um bando com características bastante peculiares, bem limitado em número de cangaceiros e perímetro de atuação. Passados noventa anos de seu fim, ainda é possível, com o auxílio ancoradouro da memória, por meio de narrativas, oralidades, documentos históricos, marcos expressos na paisagem nos lugares de sua atuação, manter acesa a chama da história de constituição do lugar, do seu povo, desse movimento épico no Nordeste brasileiro.

Figura 3: Cemitério dos fuzilados do Alto do Leitão – Barbalha–CE.



A INTERSEÇÃO DE LUGAR E MEMÓRIA NA GEOGRAFIA HUMANISTA

Alguns autores foram pioneiros na Geografia Humanista, como Dardel, Relph, Buttimer, Tuan, tendo valiosas publicações que apontam e contextualizam o conceito de lugar como necessário para a compreensão do homem/meio, onde as experiências são fundamentais para se ter essa noção. Holzer

(2008) ressalta que, a partir de 1973, quando Relph defende sua dissertação e, logo depois, a publica, esse conceito ganha visibilidade e se torna centro de atenções.

O lugar, na perspectiva humanista, é dotado de pertencimento, de afetividade, precisa ser vivido, experienciado no campo dos sentimentos, do valor simbólico. Holzer, analisando os trabalhos de Tuan, pontua uma citação contida em um de seus artigos:

[...] a importância do “lugar” para a geografia cultural e humanista é, ou deveria ser, óbvia... como em um único e complexo conjunto – enraizado no passado e incrementando-se para o futuro – e como símbolo, o lugar clama pelo entendimento humanista (TUAN *apud* HOLZER, 2008, pp. 141-142).

Holzer (1997, p.79) retrata o lugar como “o movimento em que o corpo, como elemento móvel, coloca-se em contato com exterior e localiza o outro comunicando-se com outros homens e conhecendo outras situações”. Assim, estrutura-se como palco das relações dos sujeitos consigo mesmos e entre sujeitos, imersos na intersubjetividade, permeados de valores, significados e experiências pessoais.

Pesquisas a respeito do conceito de lugar têm se tornado cada vez mais comuns na geografia, principalmente na corrente humanista. Com esses estudos também o conceito de memória, quer seja individual ou coletiva, passou a ser mais frequente. Holzer (1999, pp. 74-75), em seu estudo *O lugar na geografia humanista*, citando Pierre Nora sobre o conceito de lugares de memória, discorre que ele está relacionado com uma “[...] crença na aceleração da história e na ruptura do elo entre história e memória”. Para tanto, a memória passa a ser um meio de legitimar um passado que vem sendo desvalorizado. Desse modo, utilizar o aporte da memória para evocar lembranças do passado e recordar lugares de outrora para representar fatos, acontecimentos que compõem os lugares e, conseqüentemente, os sujeitos, têm sido bastante relevante na ciência geográfica.

O estudo do movimento do cangaço sob esta perspectiva, pensando a interseção entre lugar e memória, pode ser um auxílio de pesquisa fundamental, onde os sujeitos, a partir de suas vivências com o lugar, podem trazer à tona a representação de fatos cangaçais que se encontram enraizados na memória dos velhos que vivenciaram os acontecimentos ou foram ouvintes desde criança e, para tanto, têm o domínio de relatarem tais experiências que caracterizaram e ficaram marcadas em um determinado lugar, em uma paisagem, seja pela admiração ou aversão ao movimento do cangaço. Nesse sentido, entende-se a oralidade como ferramenta metodológica de grande relevância para compreender tais questões aqui abordadas. “[...] a história oral é um procedimento integrado a uma metodologia que privilegia a realização de entrevistas e depoimentos com pessoas que participaram de

processos históricos ou testemunharam acontecimentos no âmbito da vida privada ou coletiva” (DELGADO, 2006, p. 18).

Assim a busca por relatos orais é de grande valia para entender o movimento do cangaço no Cariri, dada a escassez de documentos escritos, mas que pelo período histórico de acontecimento permite que sujeitos que tiveram ligados a tais questões possam relatar suas versões. O senhor Francisco Gonçalves relata um lugar característico para o bando dos Marcelinos:

Meu avô contraiu matrimônio com a mãe dos Marcelinos, só que ela faleceu um ano depois de casada e meu avô ficou como padrasto deles, mais ai depois eles entraram no cangaço. Só que eles respeitava meu avô. Sim, o nome do meu avô era Jacinto Gonçalves. Quando meu vô Jacinto casou com minha avó, foi o segundo matrimônio dele. Minha vó contava que eles sabiam que o meu avô morava aqui no Riacho do Meio [comunidade pertencente ao município de Barbalha-CE], então eles chegavam a noite ali na pedra do morcego, traziam mantimentos, deixavam na casa do meu avô pra que fizessem alguma coisa pra eles comer e eles com medo da volante iam se esconder na pedra do morcego. Então minha avó preparava a comida deles e o meu avô ia levar. Tudo em sigilo pra que ninguém soubesse. Aqui nesse tempo não tinha estrada, nem movimento, era só mata, eles ficavam arranchado na pedra do morcego, porque lá era seguro, escondido, dava pra se proteger de chuva, de tudo e eles tinham meu avô que gostava deles e eles gostava de meu avô, não mexia em nada por aqui, tinha respeito. Então, eles tavam sempre pela pedra do morcego, porque era bom pra eles, tinha segurança e eles conheciam bem a área toda, era o lugar deles aí (*sic*, informação verbal)³.

Os lugares trazem consigo uma carga de significados, positivos ou negativos, que ficam marcados na paisagem, nos documentos, na arquitetura de um determinado local, na memória dos sujeitos que vivenciaram algum fato ou foram ouvintes de algum acontecimento, não estavam no acontecido, mas lhes foram repassados através de histórias, fotografias, que os fizeram construir uma imagem do passado e tomar conhecimento de um fato e que, para tanto, têm o domínio de relatar as suas memórias.

A busca para entender o passado de forma que recorde os fatos no presente apresenta-se como um mergulho em águas profundas. Melo (2012, p. 59) menciona o passado como sendo algo de difícil penetração e domínio, pontuando: “porém, o estoque de lembranças individuais e a memória coletiva/intersubjetiva têm sido cada vez mais utilizados como tentativas, ancoradouros e (re)descobertas dos lugares de outrora”. Evocar a oralidade dos sujeitos através de suas lembranças tem sido um aporte fundamental para os estudos dos lugares, buscando uma revisitação ao passado através da vivência, no aflorar das emoções, da percepção de determinado grupo social.

As memórias dos sujeitos são construídas ao longo de suas experiências, apoiando-se na construção de suas lembranças, formando uma consciência de determinados fatos, mesmo que não tenham vivenciado. De acordo com Halbwachs (2003, p. 31): “Para confirmar ou recordar uma

³Entrevista fornecida por Francisco Gonçalves na sua residência, em Barbalha, em setembro de 2018.

lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível”. Os conhecimentos adquiridos ao longo da vida constituem a consciência dos sujeitos. Para exemplificar essa ideia, dispomos uma narrativa do senhor Raimundo Pinto sobre o bando dos Marcelinos:

Me lembro dos cangaceiros, ouvi muito falar deles, quem contava era meu padim, que foi quem me criou aqui no Caldas [Barbalha-CE], minha vida toda foi aqui nesse lugar. Disse que eles vivia muito aqui pelo Caldas, fazia muita coisa, viveram até mais Lampião, que era quem dominava esse sertão todo. Me lembro bem da morte de um dos cangaceiros, de João 22, ele foi morto ai em cima da serra [Chapada do Araripe]. Meu padim me contava que desceram os soldados com ele morto e amarrado num pau e o sangue ficava pela estrada. Foi desse jeito. Os soldados desceram serra a baixo com esse homem igual um animal morto. Todo mundo viu. Eu vi os soldados descendo com ele aí [pausa na conversa]. Não, eu não vi não, foi meu padim que contou, eu to é trocando as coisas, eu nasci um ano depois que os cangaceiros morreram, mas meu padim viu tudo e me contava, que o cangaceiro desceu morto e pendurado num pau (sic, informação verbal)⁴.

A oralidade de Raimundo Pinto chama atenção para o destaque que ele confere ao translado feito pela polícia com o corpo do cangaceiro João 22. As memórias relatadas pelo seu padrinho ficaram tão marcadas em sua mente que ele ora relata o fato como tendo sido ouvinte, ora como se ele próprio o tivesse vivenciado.

Cabe ressaltar que a memória não traz em si o acontecimento da forma que ocorreu, ela é sobreposta por outras lembranças. A percepção do sujeito é alterada ao longo de sua história de vida e isso interfere na leitura de sua própria memória. Para que essa lembrança seja revelada de forma a apresentar determinados fatos, ela precisa concordar com certos elementos. Assim, Bosi (2010, p.55) afirma que: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. Esse é o aspecto essencial da memória. Essas questões se inserem principalmente no estudo dos lugares que remontam a um passado que ficou marcado para um povo e que, através da memória, pode tornar-se chave de leitura para determinadas situações. Sob esse aspecto Delgado (2006, p. 16) ressalta:

O passado espelhado no presente reproduz, através de narrativas a dinâmica da vida pessoal em conexão com processos coletivos. A reconstituição dessa dinâmica, pelo processo de recordação, que inclui, ênfases, lapsos, esquecimentos, omissões, contribui para a reconstituição do que passou segundo olhar de cada depoente.

Dessa maneira, o estudo dos lugares para interpretar e caracterizar o movimento do cangaço é fundamental para a compreensão do modo de vida, da cultura, das representações, das crenças, dentre outros aspectos. Relph (2012) retrata que estudar o lugar, seja em qual perspectiva for,

⁴Entrevista fornecida por Raimundo Pinto na sua residência, em Barbalha, em maio de 2018.

caracteriza-se como uma prática de resistência: resistência da luta, do povo, do cotidiano, da preservação e da manutenção dos lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento do cangaço tem sido bastante pesquisado por diversas áreas do conhecimento. Todavia, é importante não se prender à questão dicotômica, de uma vida heroica ou bandida – a estrutura que fez emergir esse movimento está além dessa dualidade. Como discorre o historiador Oliveira (2011), o cangaço também era um território farto de sonhos, resistência, corpos mutilados, desejos, projetos de vida, amores.

Reduzir a dualidade de heróis ou bandidos é, de certa forma, não permitir a divulgação da violência no campo e a sua interatividade com a estrutura de poder que vigorava na época, onde o cangaço se configurou como produto histórico do modelo de sociedade estabelecida e derivada de forma excludente no processo de apropriação do território. Assim, o cangaceirismo apresenta-se como fenômeno pertinente a ser estudado pela ciência geográfica, na constituição de lugares que remontam à atuação dos bandos de cangaceiros.

A oralidade apresenta-se como uma ferramenta para a produção de documentos históricos, com base na vivência do sujeito a determinado contexto histórico que fazem parte de sua vida e de sua construção social. No entanto, ressalta-se que a oralidade possui diversas lacunas e se produz em um presente que se interliga com o passado produzindo assim lapsos, dúvidas, inter-relações com outros fatos. O que se apresenta de importante nesse sentido, para entender o cangaço no Cariri cearense, dá-se pela ligação que se constitui entre o lugar e a memória dos sujeitos, no sentido de retratar algo que ocorreu e que transmite um sentido de pertencimento ao grupo pesquisado.

Pesquisar o movimento do cangaço, por meio da interseção entre memória e lugar, significa mergulhar em múltiplas subjetividades – dos sujeitos cangaceiros e dos sujeitos que fazem parte de um determinado grupo social, seja por meio da memória coletiva ou individual, que tecem suas memórias como uma montagem de uma colcha de retalhos: cada pequeno detalhe torna o todo.

AGRADECIMENTOS

Grata à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro na condição de discente/bolsista do curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda. Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da geografia cultural. In: **Geonordeste**. Revista de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão, SE. 2008, pp. 33-53.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A pluralidade da Geografia e a necessidade das abordagens humanistas/culturais In: KOZEL, Salette *et. al.* (orgs). **Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira margem, 2007, pp. 15-35.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Juazeiro do Padre Cícero: a terra da Mãe de Deus**. 3. ed. Fortaleza: IMEPH, 2014.

BARROSO, Gustavo. **Heróis e Bandidos: os cangaceiros do Nordeste**. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC ed., 2012.

BOSI, Ecleá. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 16ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a paisagem e o passado. **Espaço Aberto**, v. 4, n. 1, 2014, pp. 37-46.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HOLANDA, Lúcia Maria de Souza. **Lugares de memória: Jesuíno Brilhante e os testemunhos do cangaço nos Sertões do Oeste Potiguar e fronteira paraibana**. 2010. f. 132. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

HOLZER, Werther. Geografia humanista: uma revisão. **Espaço e cultura**. Rio de Janeiro, edição Comemorativa, 1993-2008, pp. 137-147

_____. O lugar na geografia humanista. **Território**. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 7, pp. 67-78, jul/dez. 1999.

_____. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**. Rio de Janeiro, ano II, nº 3, pp. 77-85, jul/dez. 1997

MELO, João Baptista Ferreira de. O Triunfo do Lugar Sobre o Espaço. In: MARANDOLA JR., Eduardo *et. al.* (Orgs.) **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo, perspectiva 2012, pp. 33-68.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5.ed. São Paulo: A Girafa, 2011.

MIRANDA, Renato Bruno Gomes de. Imaginário social do cangaço. In: MACIEL, Caio Augusto Amorim *et. al.* (org.). **Abordagens geográficas do urbano e do agrário**. Recife: Editora universitária UFPE, 2012, pp. 243- 254.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, Simone de. (Orgs). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, pp. 76-102.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Artes de curar e modos de viver na geografia do cangaço. **História, ciências, saúde-manguinhos**. Rio de Janeiro, v.18, n.3, jul-set. 2011, pp.745-755. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3861/386138056008/>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

OLIVEIRA, Livia de. O sentido de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo, *et. al.* (Orgs). **Qual o espaço do Lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012, pp. 03-16.

OS MARCELINOS: CANGAÇO EM BARBALHA. Produção de Rafael de Souza Lima. Coordenação: Rafael de Souza Lima. Barbalha: Produção Independente, 2016. Vídeo (47 min), Online, son., color. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=aQQbuM9TumE>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2018.

PEIXOTO JUNIOR, José. **Bom Deveras e seus irmãos**. 2.ed. Goiânia: Kelps, 2009.

RELPH Edward. Reflexões Sobre a Emergência, Aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo, *et. al.* (Orgs). **Qual o espaço do Lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012, pp. 17-32.

SANTOS, Vilma Maciel Lira dos. **Os fuzilados do Leitão**: uma revisão histórica. Juazeiro do Norte, CE: HB Editora, 2001.

TUAN, Yi-fu. A geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982, pp. 143-164.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.